



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

Ata da Vigésima Oitava Sessão Ordinária do Segundo Período da Primeira Sessão Legislativa da Vigésima Legislatura, realizada no dia dez de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, no Plenário Benedito Magalhães da Câmara Municipal de Santarém. À hora regimental, vereador **GERLANDE CASTRO (PP)**, presidente em exercício do Poder Legislativo, deu boas-vindas a todos, e iniciou a sessão com o **GRANDE EXPEDIENTE. TEMPO DAS LIDERANÇAS**: O vereador **BIGA KALAHARE (PT)** fez destaque a um fato ocorrido em Santarém envolvendo uma criança de cinco anos, moradora da Área Verde, que foi abordada por um homem enquanto estava sentada em frente à sua residência. Relatou que o episódio lhe causou profunda indignação, pois imediatamente pensou nas próprias sobrinhas, de idade semelhante. O vereador destacou que o caso foi registrado em vídeo pelos pais e encaminhado à delegacia. Segundo matérias divulgadas na imprensa, o delegado plantonista não teria atendido a ocorrência, alegando que a competência seria da Delegacia Especializada no Atendimento à Criança e Adolescente - DEACA. Para ele, a situação é revoltante e preocupante, considerando o desespero da família e a possibilidade de dificuldades financeiras para se deslocar até outra unidade policial. O vereador questionou como a situação não seria revoltante e preocupante para qualquer pessoa. Acrescentou que, para agravar o cenário, o Congresso aprovou um projeto de lei que retira de crianças vítimas de estupro o direito ao aborto legal. Considerou inadmissível que o Legislativo imponha retrocessos sobre o corpo das mulheres, especialmente de crianças. Ressaltou ainda que a proposta impede o governo de realizar campanhas informativas afirmando que criança não é mãe e que meninas não podem ser submetidas ao casamento. Informou que os índices oficiais mostram aumento dos casos de estupro no Brasil, sendo 67% ocorridos dentro da própria casa. O vereador declarou-se triste e decepcionado com a atuação do delegado que, segundo relatos divulgados na imprensa, recusou-se a atender o caso da menina. O vereador afirmou esperar que o caso não permaneça impune. Relatou, ainda, que a criança não havia sido ouvida até aquele momento. Observou que, embora evitasse fazer acusações, a situação da pedofilia no Brasil, em Santarém e no mundo sugere, em sua visão, a existência de conivência ou omissão por parte de pessoas que deveriam proteger as crianças. O vereador **MALAQUIAS MOTTIN (PL)** saudou os colegas e os futuros moradores do Residencial Moaçara e manifestou solidariedade aos feirantes que tiveram seus produtos apreendidos. Ele criticou a falta de execução de leis aprovadas, citando como exemplo a legislação de 2016 referente à feira e o IPTU progressivo, que, segundo ele, poderiam gerar benefícios à população caso fossem aplicadas pelo Poder Executivo. Destacou que muitos feirantes atuam há décadas no entorno da feira sem que o município tenha adotado medidas eficazes para regularizar a situação. Defendeu a criação de uma comissão específica para buscar soluções e afirmou que não se pode simplesmente ignorar a realidade de centenas de famílias. Colocou seu gabinete à disposição para receber propostas. O vereador relatou visita ao Pronto-Socorro Municipal, onde foi recebido pela direção. Observou que o hospital, projetado para atender cerca de 150 mil habitantes nas décadas de 1960 ou 1970, hoje tenta suprir a demanda de aproximadamente 1 milhão de pessoas, o que gera superlotação e dificuldades estruturais. Apontou que falhas pontuais, como problemas na distribuição de medicamentos, decorrem desse cenário de sobrecarga. Concluiu afirmando que Santarém precisa ser tratada como cidade polo e regionalmente líder, exigindo atitudes mais firmes tanto do Poder Executivo quanto do Legislativo. O vereador Enfermeiro **MURILO TOLENTINO (PRD)** frisou que a causa da moradia é legítima e importante, afirmando que nenhum vereador é contrário à entrega dos apartamentos do residencial Moaçara, pois todos reconhecem o direito das famílias a um lar digno. Explicou, porém, que a situação está sob responsabilidade do Poder Judiciário, que é superior às competências do Legislativo e do Executivo. Manifestou esperança de que a decisão seja resolvida em breve, para que aqueles que realmente têm direito recebam suas chaves e seus contratos. Ele ressaltou que os vereadores apoiam os beneficiários, mas observou que critérios federais como renda e ausência de outro imóvel devem ser respeitados. Criticou pessoas que tentam fraudar o processo e prejudicam aqueles que necessitam da moradia, incentivando que irregularidades sejam denunciadas. Destacou que a Câmara e o Executivo desejam a entrega imediata das unidades e que



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

cobra constantemente o prefeito para publicar o edital do conjunto São José Operário, embora o Executivo esteja sendo prudente enquanto aguarda o desfecho judicial sobre a associação responsável. Declarou discordar da exclusividade dessa associação na distribuição das casas, defendendo prioridade para quem se inscreveu e cumpriu os requisitos. Por fim, mencionou que trataria posteriormente da recente apreensão de melancias, ato que, em sua avaliação, foi inadequado. Disse já ter conversado com o prefeito, que reconheceu a necessidade de diálogo para solucionar o problema. O vereador **JOZIEL COLARES (PRD)** deu boas-vindas aos futuros moradores do Residencial Moaçara, afirmando que a Câmara é a casa do povo e o espaço adequado para discutir o problema da moradia. Reforçou que nenhum vereador é contrário ao direito de as famílias receberem suas casas e destacou que aqueles que não se enquadram nos requisitos exigidos pelos órgãos responsáveis devem devolver o imóvel, a fim de evitar irregularidades. Em seguida, abordou a apreensão de melancias ocorrida na orla em frente ao Mercadão 2000. Informou ter participado, juntamente com outros vereadores, de uma reunião com órgãos de fiscalização, solicitada pelo vereador Ronan Liberal Júnior. Relatou que estava presente um casal atingido pela ação e registrou seu repúdio ao modo como a operação foi conduzida, pois, em sua avaliação, faltou cautela e sensibilidade diante da realidade das famílias envolvidas. Como encaminhamento, sugeriu que, antes de ações semelhantes, seja realizada uma reunião prévia entre a Câmara, órgãos de fiscalização e forças de segurança, para planejar medidas que evitem prejuízos como a perda dos produtos que sustentam famílias inteiras. Informou ainda que será marcada uma reunião com o promotor de Justiça responsável pelas recomendações do Ministério Público. Ressaltou que a Câmara deve ser chamada a participar dessas discussões, pois os vereadores são representantes diretos da população, eleitos pelo voto popular. Defendeu que qualquer ação que afete trabalhadores seja comunicada previamente ao Legislativo, permitindo acompanhamento e defesa dos interesses da comunidade. Por fim, mencionou que também há demandas relacionadas à feira do Aeroporto Velho, onde existe ordem judicial em andamento, e afirmou que a Câmara trabalhará para buscar encaminhamentos que atendam às necessidades da população. O vereador **MANO DADAI (PSB)** relatou da viagem realizada a Brasília, juntamente com a vereadora Ivanira Figueira e o vereador Júnior Tapajós, onde apresentaram diversas demandas dos setores da saúde, infraestrutura e educação ao deputado federal Henderson Pinto. Informou também que visitaram o senador Zequinha Marinho para tratar de pautas relacionadas ao desenvolvimento de Santarém. O vereador relatou visita feita à feira do Aeroporto Velho no último domingo, onde conversou com trabalhadores antigos do local que lhe mostraram notificações exigindo que desocupassem a área. Destacou que essas pessoas dependem da feira para sustentar suas famílias. De imediato, comunicou o prefeito e solicitou que os feirantes formassem uma comissão para dialogar com o Executivo, buscando uma solução que não prejudique as famílias. Afirmou que a Câmara está unida e à disposição para defender a população. Em seguida, dirigiu-se aos futuros moradores do Residencial Moaçara, afirmando que aqueles que foram selecionados não podem ser prejudicados, pois aguardam há anos por uma moradia digna. Ressaltou que a Câmara deve acompanhar o processo, garantindo que quem tem direito receba a casa e que aqueles que não foram contemplados possam ser incluídos em futuros projetos habitacionais. Por fim, destacou que o prefeito se mostrou disposto ao diálogo e a buscar soluções equilibradas. Reiterou seu compromisso de acompanhar de perto a situação dos trabalhadores da feira do Aeroporto Velho, reafirmando que seu mandato estará sempre voltado à defesa da população. O vereador **RENILSON VINTE (PSD)** abordou a operação que resultou na apreensão de melancias nas proximidades do Mercadão 2000. Informou que, apesar de ter sido cobrado por moradores e comerciantes da área, onde trabalhou por muitos anos, só tomou conhecimento do ocorrido pelas redes sociais. Ressaltou que nenhum vereador havia sido informado previamente e destacou que, por se tratar de ordem judicial, a ação não poderia ser impedida naquele momento. Lamentou relatos de excessos na abordagem, inclusive de agressão a um cidadão, e afirmou que a Câmara deveria ter sido chamada para dialogar com o Ministério Público e com os órgãos de fiscalização, o que poderia ter evitado o conflito e o prejuízo aos trabalhadores. Em seguida, dirigiu-se aos



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

futuros moradores do Residencial Moaçara, reafirmando que todos os vereadores apoiam o movimento e defendem a entrega das casas a quem realmente tem direito. Declarou ser favorável a uma investigação rigorosa para identificar eventuais irregularidades e determinar a devolução das unidades obtidas indevidamente. Defendeu que, após a retomada dessas moradias, elas sejam destinadas prioritariamente às famílias das proximidades do bairro Moaçara e do Aeroporto Velho, que historicamente lutam pelo empreendimento. Encerrando, reforçou que continuará acompanhando a situação e apoioando as famílias afetadas. O vereador **ALAÉRCIO CARDOSO (PSD)** comentou a fiscalização realizada na Orla, em frente ao Mercadão 2000. Recordou que, antes da reforma, havia acesso à praia, onde produtores das várzeas comercializavam frutas e melancias há décadas. Com a nova estrutura e a ausência de acesso à areia, esses trabalhadores passaram a ocupar a área superior da Orla. Ele reconheceu que há uma decisão judicial e recomendação do Ministério Público para reorganizar o uso do espaço, mas defendeu que é possível regulamentar a atividade, permitindo que os produtores do interior continuem vendendo seus produtos em área pública, desde que haja ordenamento e fiscalização por parte da Prefeitura. Reforçou ser contrário à proibição de uma prática tradicional no município. Em seguida, tratou da situação dos moradores do Residencial Moaçara I e II, que haviam deixado o plenário para tratar de sua pauta. Destacou que o impasse entre a associação responsável, a Prefeitura e a Justiça Federal criou um “embrolho jurídico” que afeta famílias vulneráveis, como mães atípicas e responsáveis por pessoas com deficiência, que não têm condições de adquirir moradia e foram contempladas no processo. Citou o caso de uma moradora visitada por ele, mãe de quatro filhos, incluindo uma criança PCD, vivendo em condições precárias. Discordou da ideia de que a Câmara teria capacidade de resolver todo o problema, afirmando que a solução deve partir principalmente da Justiça Federal e da Prefeitura, que concederam decisões sem apresentar alternativas viáveis. Informou ter criado um grupo para organizar a comissão recém-instalada e buscar, com urgência, diálogo e pressão institucional sobre os órgãos competentes, a fim de alcançar uma decisão definitiva que defina direitos e responsabilidades das partes envolvidas. O vereador **SÉRGIO PEREIRA (PP)** manifestou indignação com o episódio ocorrido na quinta-feira na orla da cidade, envolvendo ribeirinhos, inclusive da região do Tapará, que representa, durante a fiscalização de venda de melancias e outros produtos agrícolas. Ele explicou que, no período de seca, os lagos fecham e impedem a pesca, levando muitas famílias ribeirinhas a dependerem do cultivo de melancia, melão, milho e outros produtos para garantir seu sustento. Tradicionalmente, essas famílias viajam até Santarém para vender sua produção e adquirir itens básicos, como açúcar, café e farinha, muitas vezes chegando à cidade com recursos mínimos. O vereador relatou que, ao desembarcarem, os ribeirinhos frequentemente enfrentam atravessadores que oferecem preços muito baixos pelas frutas. Por isso, muitos passaram a comercializar diretamente na área superior da orla para obter maior retorno financeiro. Diante do ocorrido, ele afirmou ter ficado profundamente entristecido ao ver a forma como essas pessoas foram abordadas e ao receber vídeos e ligações de ribeirinhos que tiveram sua produção apreendida, ficando sem recursos até para combustível ou para comprar alimentos para suas famílias. Reconheceu que existe uma determinação do Ministério Público, mas ressaltou que a orientação não autorizava apreender ou destruir produtos. Criticou a ausência de diálogo com a Câmara Municipal, especialmente com os vereadores que representam as regiões ribeirinhas, ao mencionar que não foram convidados para a reunião realizada na SEMMA sobre o tema. Defendeu que decisões que afetam a população ribeirinha devem incluir a participação dos parlamentares que conhecem a realidade dessas comunidades. Informou ter recebido notícia de uma reunião com o Ministério Público marcada para a sexta-feira e afirmou que a presença dos vereadores será essencial para buscar uma solução justa. Lembrou que muitos agentes de fiscalização desconhecem o esforço e o custo do trabalho agrícola nas várzeas, onde o produtor enfrenta longos períodos de cultivo e deslocamento apenas para ter sua produção perdida no momento da venda. Por fim, reiterou solidariedade às famílias atingidas e assegurou que seu mandato está à disposição dos ribeirinhos, reafirmando seu compromisso de representá-los nesta Casa Legislativa. O vereador **JÚNIOR TAPAJÓS (MDB)**



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

fez destaque aos temas em discussão sobre a ação ocorrida na orla da cidade e a determinação judicial que obriga a retirada de pessoas não autorizadas atuando no entorno da feira do Aeroporto Velho. Reconheceu a sensibilidade da situação das famílias envolvidas, mas afirmou que é necessário considerar os fatos com responsabilidade. O parlamentar contestou a afirmação de que não houve diálogo prévio, explicando que, segundo informações repassadas na reunião realizada na SEMAP, produtores foram notificados ao longo de dois meses e sabiam da decisão judicial que seria cumprida. Relatou que alguns, inclusive, teriam desafiado a possibilidade de remoção. Defendeu que toda ação deve envolver discussão ampla, com participação das secretarias, entidades e também da Câmara Municipal, e solicitou que episódios como esse sirvam de aprendizado para aprimorar o diálogo. Criticou a veiculação de informações falsas e reforçou que “decisão judicial se cumpre”. Esclareceu que, no caso do Aeroporto Velho, não se trata de retirar feirantes cadastrados, mas pessoas que atuam de maneira irregular, sem cumprir normas sanitárias e municipais. Observou ainda que a prefeitura está recorrendo da decisão judicial para ganhar prazo e buscar alternativas para esses trabalhadores, já que a determinação está em vigor desde outubro do ano anterior e vinha sendo descumprida. O vereador destacou a importância de que cada parlamentar busque informações antes de se pronunciar, a fim de evitar a disseminação de equívocos. Ressaltou que a Câmara está disposta a participar das discussões e ajudar a construir soluções que permitam que ninguém seja prejudicado e que o município garanta meios dignos de trabalho e renda. Sobre o episódio das melancias, afirmou ser solidário aos produtores, mas reiterou que houve aviso prévio e diálogo. Solicitou que futuras fiscalizações contem com equipes mais preparadas e com presença de assistentes sociais, evitando conflitos e narrativas distorcidas. Concluiu defendendo que, a partir do ocorrido, sejam construídas alternativas para que os produtores comercializem seus produtos de forma regular.

TEMPO DAS BANCADAS: O vereador **MALAQUIAS MOTTIN (PL)** abordou sobre o projeto da ponte do Mapiri, cujo custo, segundo afirmou, varia entre R\$ 187 milhões e R\$ 195 milhões, além de cerca de R\$ 50 milhões destinados a indenizações. Para o parlamentar, o projeto é financeiramente descolado da realidade do município e não resolverá o problema de mobilidade da região, já saturada, especialmente no trecho da Avenida Fernando Guilhon. Criticou a concepção da proposta e defendeu sua substituição por uma solução mais simples e barata: a construção de um aterro com tubulações que permitiria preservar a fauna e a flora, criando uma nova via de acesso até a praia do Maracanã e ao Juá. Segundo ele, essa alternativa custaria aproximadamente R\$ 30 milhões e traria resultados mais eficientes. Sugeriu que os recursos previstos para a ponte fossem destinados a melhorias no Hospital Municipal, afirmando que a população sofre há anos com falta de estrutura e que o investimento de R\$ 170 milhões poderia proporcionar dignidade aos pacientes. O vereador também relatou que seu telefone celular, assim como o do vereador Elielton Lira, foi apreendido pela Polícia Federal em fevereiro, e afirmou que há nove meses não obtém devolução nem explicações claras. Criticou a conduta policial e demonstrou preocupação com a exposição de dados pessoais, classificando o episódio como desrespeitoso. Ao tratar da Nova Moaçara, destacou que o Ministério Público deveria ter avaliado o grau de declive da via, que considerou perigoso. Lembrou que a obra teria custado entre R\$ 16 milhões e R\$ 17 milhões, valor que julgou proporcional pela complexidade do terreno. Comparou esse custo ao contrato de R\$ 9 milhões para sinalização horizontal, que classificou como desproporcional e questionou a qualidade dos materiais empregados. Por fim, reforçou sua defesa pela regulamentação das feiras em vias públicas, afirmando que muitas famílias dependem dessa atividade para sobreviver. Declarou concordância com a necessidade de fiscalização sanitária, conforme posicionamento recente do Ministério Público, mas defendeu a atualização do Código de Postura do Município, de modo a assegurar condições dignas para os trabalhadores das feiras de rua. Concluiu afirmando que esse tema foi um dos motivos que o motivaram a ingressar na vida pública.

A vereadora **ELITA BELTRÃO (REPUBLICANOS)** relatou sobre uma viagem que realizou à Vila Gorete, na região do Arapiuns. Agradeceu ao prefeito José Maria Tapajós pelo apoio logístico oferecido a ela, ao seu mandato e ao Instituto Bom Samaritano, destacando o compromisso da gestão municipal com as



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

comunidades ribeirinhas. Informou ter recebido diversas demandas dos moradores, mas destacou uma preocupação central: o ensino médio em regime modular ofertado na comunidade. Segundo relatos obtidos, alunos que estão concluindo o ensino médio teriam deixado de receber disciplinas fundamentais como História, Geografia, Sociologia, Filosofia e Redação. Mencionou ter conhecido um estudante que havia se deslocado da comunidade à sede do município para realizar o Enem sem ter tido aulas de Redação. Diante da gravidade da informação, ainda a ser verificada, anunciou que protocolará um pedido oficial de esclarecimentos à SEDUC, por entender que seria inadmissível a conclusão do ensino médio sem acesso integral à matriz curricular. Além disso, registrou que já apresentou requerimentos relacionados à Unidade Básica de Saúde da comunidade e outras necessidades locais. Na sequência, informou ter protocolado quatro projetos de lei na Câmara: Plano de Mitigação e Compensação Ambiental (PMCA) que, obriga o município, por meio de suas secretarias, a apresentar um plano de mitigação e compensação sempre que realizar obras ou atividades públicas com potencial de causar danos ambientais. A vereadora argumentou que o poder público costuma atuar apenas como fiscalizador da iniciativa privada, criando uma lacuna quanto às próprias responsabilidades ambientais do governo; também o projeto que trata sobre Política de Saúde Ocupacional para Servidores Públicos que institui programas e ações voltadas à saúde ocupacional dos servidores municipais. A vereadora destacou o crescente adoecimento de profissionais, especialmente professores, em razão das mudanças no processo de ensino-aprendizagem, sobrecarga de informações e dificuldades enfrentadas no ambiente escolar. Citou problemas como burnout e depressão, também comuns entre servidores que atuam diretamente com o público; também, a criação de espaços de cuidado Infantil em Locais de Grande Circulação que prevê a instalação de áreas adequadas para cuidados infantis em órgãos públicos e outros espaços de grande fluxo. Ressaltou que, embora existam estruturas desse tipo em shoppings, elas são ausentes em repartições públicas, igrejas, academias e demais locais onde pais ou responsáveis podem necessitar de suporte temporário; Prioridade de Atendimento para Pessoas em Tratamento de Saúde que garante prioridade de atendimento a pessoas que realizam quimioterapia, radioterapia, hemodiálise ou que utilizem bolsa de colostomia. A parlamentar lembrou que tais pacientes já possuem gratuidade no transporte público, mas ainda não têm assegurada a preferência em filas, o que o projeto busca corrigir. O vereador ENF. **MURILO TOLENTINO (PRD)** abordou o período pré-eleitoral, que, segundo ele, costuma gerar campanhas difamatórias promovidas por pessoas mal-intencionadas, inclusive algumas com mandatos eletivos. O vereador criticou especialmente a atuação de blogueiros, jornalistas e canais de comunicação que, segundo afirmou, se vendem financeiramente para disseminar ataques. Mencionou uma publicação recente de grande repercussão nas redes sociais envolvendo a SEMJEL, destacando que o conteúdo incluía ofensas pessoais ao secretário municipal. O vereador afirmou que orientou o secretário a buscar medidas judiciais, lembrando que a internet não é um ambiente sem responsabilidade legal. Ele destacou o desempenho do secretário Pedro Henrique, afirmando que nunca havia observado a secretaria tão atuante, mesmo com recursos limitados, e reforçou a importância do esporte como área diretamente relacionada à saúde pública. Ele criticou políticos que, por ciúmes ou má intenção, tentam descredibilizar o trabalho do secretário. O vereador declarou saber quem está por trás das ações difamatórias, embora tenha dito que só se pronunciará nominalmente quando reunir provas. Referiu-se ao suspeito como alguém que já ocupou altos cargos, mas que, no período eleitoral, “age como um moleque”. Elogiou novamente o secretário Pedro Henrique, ressaltando a realização, pelo Ministério do Esporte, de um grande evento esportivo no município, com distribuição gratuita de mais de mil kits. Encerrou a fala reafirmando apoio ao gestor da pasta e dizendo que aqueles que promovem ataques injustos “um dia responderão perante a justiça humana e divina”. Concluído o Grande Expediente, passou-se para a **Primeira Parte da Ordem do Dia** com a votação da ata do dia 03 de novembro 2025, (documento enviado anteriormente aos e-mails dos senhores vereadores) que foi aprovada por unanimidade. **EXPEDIENTES RECEBIDOS:** MEMO. 131/2025 - Gabinete do vereador Elielton Lira (PDT) – solicitação de alteração de data da Audiência pública sobre implantação do corredor portuário; MEMO. 152/2025 - Gabinete do



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

vereador Erasmo Maia (União) - Justificativa de ausência em sessão do dia 10 de novembro de 2025; MEMO. 152/2025 - Gabinete do vereador Andreo Rasera (PL) - Justificativa de ausência nas sessões ordinárias do dia 10 e 11 de novembro de 2025; MEMO. 152/2025 - Gabinete do vereador Alberto Portela (União Brasil) - Justificativa de ausência nas sessões ordinárias do dia 10 e 11 de novembro de 2025; Ofício Circular nº 15/2025 – GAB/SEMTRAS – Núcleo de Políticas Públicas para mulheres. OF. 2.790/2025 - Entrega de alimentos PAA/SEMTRAS – convite para participar da entrega de alimentos PAA, por meio do programa PAA Federal, no dia 12 de novembro de 2025, a partir das 8 horas. A entrega dos referidos alimentos abrangerá as seguintes associações: Associação dos Moradores do Bairro de Panema, Associação dos Moradores Bela Vista, Associação dos Moradores do bairro Cambuquira; Of. 2.798/2025 – GAP/PMS – encaminhamento para as devidas providências a Lei nº 22.768, de 4 de novembro de 2025, que dispõe sobre a obrigatoriedade da veiculação de campanha publicitária educativa sobre combate à prevenção da pedofilia, violência, abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes em eventos realizados no município de Santarém, estado do Pará, e dá outras providências. OF. 2774/2025 – encaminhamento para as devidas providências as Leis de Terras nº 22.740 a 22.767.

Trabalhos encaminhados às comissões pertinentes: PROJETO DE LEI 4742/2025, de autoria do vereador Biga Kalahare (PT), que institui a obrigatoriedade percentual mínimo e horário variado das sessões legendadas no cinema da cidade, conferindo a acessibilidade ao surdo e da outras providências. PROJETO DE LEI 4741/2025, de autoria do vereador David Paiva (REPUBLICANOS), que dispõe sobre a obrigatoriedade da integração de áreas verdes em novas construções públicas municipais. PROJETO DE LEI 4750/2025, de autoria da vereadora Elita Beltrão (REPUBLICANOS), que institui no âmbito do município de Santarém, a semana municipal da Integridade e Combate à Corrupção a ser realizada anualmente na semana do dia 9 de dezembro. PROJETO DE LEI 4749/2025, de autoria da vereadora Elita Beltrão (REPUBLICANOS), que dispõe sobre a prioridade de atendimento para pessoas que realizam tratamento de quimioterapia, radioterapia, hemodiálise ou utilizo bolsa de colostomia no município de Santarém. PROJETO DE LEI 4746/2025, de autoria da vereadora Elita Beltrão (REPUBLICANOS), que dispõe sobre a instalação e adequação de espaços exclusivos para o cuidado infantil e local de grande circulação de pessoas no município de Santarém. PROJETO DE LEI 4748/2025, de autoria da vereadora Elita Beltrão (REPUBLICANOS), que autoriza a criação de memorial em homenagem às vítimas da COVID-19. PROJETO DE LEI 4746/2025, de autoria da vereadora Elita Beltrão (REPUBLICANOS), que dispõe sobre a inclusão de políticas públicas e programas de específico de saúde ocupacional no âmbito do sistema de saúde do município de Santarém, visando a prevenção de risco à saúde dos servidores. PROJETO DE LEI 4746/2025, de autoria da vereadora Elita Beltrão (REPUBLICANOS), que dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação de plano de mitigação e compensação ambiental para obras e atividades públicas realizadas pelo município de Santarém. PROJETO DE LEI 4745/2025, de autoria do vereador Biga Kalahare (PT), que dispõe sobre a possibilidade de visita de animais e estimação e seus tutores internados em hospitais públicos e privado no município de Santarém, desde que atendido requisitos sanitários. PROJETO DE LEI 4744/2025, de autoria do vereador Biga Kalahare (PT), que institui no município de Santarém o programa municipal de prevenção contra atropelamento de animais. PROJETO DE LEI 4743/2025, de autoria do vereador Biga Kalahare (PT), que Institui o Município de Santarém, setembro Caramelo, mês dedicado à conscientização, incentivo à adoção responsável e a castração de animais domésticos. PROJETO DE LEI 4740/2025, de autoria do vereador Júnior Tapajós (MDB), que dispõe sobre a concessão de utilidade pública para o município de Santarém o Instituto Tempo de Semear – INTESE. PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 4752/2025, de autoria do vereador Eielton Lira (PDT), que outorga o título honorífico de cidadão santareno ao ilustríssimo senhor Bruno Henrique Gomes de Araújo. PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 4753/2025, de autoria do vereador Eielton Lira (PDT), que outorga o título honorífico de cidadão Santareno ao senhor pastor Augusto Araújo. Em seguida, transcorreu-se para **Segunda Parte da Ordem do Dia** com discussão e votação das



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

matérias em pauta. **TRABALHOS APROVADOS:** MOÇÕES DE APLAUSOS nº 288 e 289/2025, de autoria do vereador Enf. Murilo Tolentino (PRD). Em continuidade, houve a leitura do relatório referente ao PEDIDO PROCESSO DISCIPLINAR DE CASSAÇÃO DE MANDATO DE VEREADOR. INJÚRIA RACIAL. IMUNIDADE PARLAMENTAR. INDEFERIMENTO, de autoria do vereador Alaércio Cardoso (PSD), corregedor da Câmara Municipal de Santarém. Após a leitura, o presidente Gerlande Castro (PP) registrou que, diante do exposto e em conformidade com o artigo 20, artigo 25-A, inciso II, alíneas B e C do Regimento Interno da Câmara Municipal de Santarém (Resolução nº 2, de 5 de setembro de 1990), compete à Segunda Vice-Presidência, por meio do corregedor, vereador Alaércio Cardoso (PSD), encaminhar ao plenário a análise para discussão e votação sobre a admissibilidade ou não da continuidade do processo de Cassação do mandato do vereador Alaércio Cardoso (PRD). Informou que o corregedor não encontrou motivos para que o processo prosseguisse e, por esse motivo, seria submetida à votação a decisão pelo arquivamento ou continuidade do processo de cassação do vereador Malaquias Mottin (PL). Registrado que o vereador Malaquias Mottin (PL) é isento da votação. Em seguida, colocou em votação o processo de cassação, registrando que apenas o vereador Júnior Tapajós (MDB) votou de forma contrária ao arquivamento. Diante do resultado, o processo contra o vereador Malaquias foi encerrado por arquivamento, e o presidente **GERLANDE CASTRO (PP)**, presidente em exercício, declarou esgotada a pauta do dia.

VEREADORES PRESENTES: **ALAÉRCIO MAGALHÃES CARDOSO (PSD); ENF. JOZIEL MARQUES COLARES (PRD); ENF. ALBA LEAL - MARIA ALBANICE LEAL DIAS (MDB); BÁRBARA LUZIA DE OLIVEIRA MATOS (PP); GERLANDE CORRÊA CASTRO (PP); ENF. MURILO TOLENTINO DE MATOS (PRD); ELITA BELTRÃO DE FREITAS (REPUBLICANOS); ALEXANDRE ALMEIDA MADURO (MDB); MALAQUIAS JOSÉ MOTTIN (PL); SÉRGIO DOS SANTOS PEREIRA (PP); ELIELTON RÊGO LIRA (PDT); RENILSON MARINHO ALVES (PSD); MANO DADAI - YANGLYER GLAY SANTOS MATTOS (PSB); BIGA KALAHARE - MÁRCIO ÁDAMOS LIMA SILVA (PT); IVANIRA DE SOUSA FIGUEIRA (PSD); DAVID PAIVA - DAVID VIANA DE ABREU (REPUBLICANOS); URIAS PAULO PINGARILHO CASTRO (MDB); ERLON PEREIRA ROCHA (MDB); JOSÉ MARIA JÚNIOR PEREIRA TAPAJÓS (MDB); AUSÊNCIAS COM JUSTIFICATIVA: JANDER ILSON RÊGO PEREIRA (UNIÃO BRASIL); JOSÉ ERASMO MAIA COSTA (UNIÃO BRASIL); ALBERTO PORTELA DE SOUSA (UNIÃO BRASIL); ANDREO MARCEO DOS SANTOS RASERA (PL).** E, para constar, mandou lavrar a ata que, depois de lida, discutida e aprovada será assinada por quem de direito.